

Tendências do mercado de trabalho para os anos 90

Estudo comparativo das Regiões Metropolitanas de São Paulo e de Porto Alegre

*Marilis Lemos de Almeida**
*Sônia M. G. Larangeira***

Até recentemente, não apenas no Brasil, mas também a nível internacional, boa parte das análises sociológicas sobre trabalho e trabalhadores tinham como foco a discussão sobre a natureza do processo de trabalho no contexto de desenvolvimento do capitalismo. Incluíam-se nessa discussão as questões sobre fordismo-taylorismo, suas implicações na divisão do trabalho e seus métodos de controle da força de trabalho.

Tal discussão ganha importância à medida que se intensifica a introdução de novas tecnologias, e o debate desenvolve-se no sentido de examinar implicações sobre o processo de trabalho e o conteúdo do trabalho: qualificação e/ou desqualificação do trabalhador; eliminação e/ou criação de postos de trabalho; autonomia e/ou controle da força de trabalho; relações de gênero. Os argumentos tinham como preocupação central definir a natureza dessas transformações: neofordismo ou produção flexível?

Tais análises centraram-se principalmente no estudo da empresa isolada, evoluindo para o estudo de questões que exploravam temas como a subjetividade dos trabalhadores. Os estudos de caso contribuíram de forma significativa para uma melhor compreensão dessas transformações, ao abordarem uma outra dimensão de análise. No entanto a excessiva fragmentação da análise comprometeu, algumas vezes, a visualização do que ocorria, a nível mais geral, em termos

* Socióloga, Mestre em Sociologia e Professora do Departamento de Sociologia da UFRGS.

** Doutora em Sociologia pela Universidade de Londres e Professora do Departamento de Sociologia e do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFRGS.

de conseqüências das novas relações entre firmas, entre regiões e mesmo entre países e que se refletiam nos níveis de emprego e na própria composição e estrutura do mercado de trabalho.

Foi necessário que os índices de desemprego se tornassem alarmantes em alguns países industrializados e que ficassem evidentes fenômenos como a **exclusão** e a **segmentação** da força de trabalho, para que se começasse a deslocar o foco de análise, voltando-o para uma abordagem mais estrutural, permitindo, assim, se recolocarem algumas questões.

Embora seja prematuro atribuir-se a emergência desses fenômenos exclusivamente aos processos de inovações tecnológicas — especialmente no caso brasileiro, tendo em vista a grande heterogeneidade da estrutura produtiva nacional —, já que coexistem fatores de ordem conjuntural relacionados aos períodos de recessão da última década e do início dos anos 90, há, no entanto, algumas indicações para se suspeitar de uma tendência mais duradoura.

No que se refere às mudanças no mercado de trabalho, os analistas chamam atenção para tendências como o crescimento do desemprego de longa duração — considerado como uma forma de **exclusão**, já que marginaliza o trabalhador tanto pelo desalento como pela incapacitação diante de rápidas mudanças técnicas — e, em conseqüência, a emergência de formas de precarização do trabalho.

Tais tendências são, em grande parte, resultado dos ajustes impostos pela nova ordem econômica e que se traduzem pela exigência de maior flexibilização do mercado de trabalho, o que muitas vezes significa renúncia de garantias trabalhistas. Nesse sentido, fala-se de uma **nova segmentação**, em oposição à segmentação anterior, característica do modelo fordista, que se fazia acompanhar de garantias sociais, protegendo integrantes dos mercados secundários — mais vulneráveis — contra a exclusão. O ataque ao Welfare State retira de segmentos significativos da força de trabalho instrumentos mínimos de defesa face à insensibilidade do mercado.

O presente texto tem como objetivo examinar as tendências de transformações que vêm sendo observadas no mercado de trabalho, tendo como foco principal a análise do desempenho das Regiões Metropolitanas de Porto Alegre (RMPA) e de São Paulo (RMSP) no período 1992-95. Na primeira parte, apresenta-se um breve resumo de conclusões de estudos recentes sobre a questão, com ênfase na realidade brasileira. Na segunda, examina-se, em maior detalhe, dados referentes à situação das regiões acima referidas.

1 - O debate sobre o mercado de trabalho

A nível internacional, o que surpreende os analistas no que se refere às transformações no mercado de trabalho é o rompimento do chamado “compromisso fordista”, em que se articulavam ganhos de produtividade (gerados num processo de trabalho alienante) com crescimento dos salários reais e redução da jornada de trabalho, evidenciando a presença de um círculo virtuoso, que vigorou após a Segunda Guerra Mundial até o início dos anos 70. O esgotamento do **modelo fordista** expressa-se por sua incapacidade de enfrentar, dentre outros, os desafios da crescente internacionalização da economia, da nova estrutura do comércio exterior, da redução dos ganhos de produtividade. A resposta a tais dificuldades foi buscada no chamado processo de **flexibilização**.

Ao contrário do que comumente se afirma, flexibilização não se confunde necessariamente com precarização do trabalho. É possível distinguir, como o faz Ramos (1992, p.28-29), **flexibilização ofensiva e/ou cooperativa** (superar a crise do fordismo pela cooperação e pela integração dos trabalhadores) e **flexibilização defensiva e/ou concorrencial** (retirada das garantias legais e/ou institucionais consideradas como restrições ao livre jogo das forças de mercado).

Na verdade, essas não são realidades excludentes, e observa-se a tendência de articulação entre os dois tipos de flexibilidade em diferentes dimensões — intrafirmas, entre firmas, entre regiões e entre países —, apontando no sentido de uma nova segmentação da força de trabalho. Haveria, assim, um “centro”, onde predominaria a flexibilidade funcional, cujo núcleo duro, formado por trabalhadores em grandes empresas, desfrutaria das vantagens da flexibilização, e uma “periferia”, onde predominaria a flexibilidade defensiva, e cujos trabalhadores, ocupados em atividades pouco estruturadas, desempenhariam, em micro e em pequenas empresas, as chamadas “formas atípicas” de emprego, também denominadas “trabalho precário”.¹

¹ Nessa modalidade de emprego, predomina o contrato de trabalho comercial (que tende a estabelecer igualdade entre as partes) em oposição ao tipo de contrato de trabalho em que as relações capital-trabalho se encontram regulamentadas, impondo às firmas restrições à flexibilidade quantitativa.

A novidade observada é precisamente o crescimento dos contingentes integrantes dessa “periferia” em países onde, até então, vigorara o **compromisso fordista**.

A questão que se coloca é a de saber se o **emprego atípico**, ou **trabalho flexível**, poderia constituir-se em uma ponte ao mercado de trabalho do “centro” ou se, ao contrário, se constituiria, apenas, em instrumento para manter um contingente de trabalhadores submetidos às flutuações de ofertas e demandas do mercado.

A preocupação dos analistas, europeus principalmente, decorre da persistência do desemprego, cujos índices não se alteraram mesmo diante do crescimento econômico na segunda metade dos anos 80. Dados referentes a países como Alemanha, França, Inglaterra e outros são ilustrativos. Em termos das taxas de desemprego para 1994, têm-se: Alemanha, 10,0%; Bélgica, 12,8%; Espanha, 18,4%; Estados Unidos, 6,3%; França, 12,3%; Holanda, 9,8%; Reino Unido, 9,6%; Itália, 11,7%; (Econ. Outlook, 1994). O número de desempregados da CEE em 1993 era de 17,7 milhões, superior, portanto, ao número de desempregados que se verificou na crise dos anos 30 (MATTOSO, 1994, p.15).

Os fatores que mais têm chamado atenção são o desemprego de longa duração e a queda do emprego industrial em favor do crescimento do emprego nos serviços — único a absorver força de trabalho, mas cuja característica é apresentar empregos com baixos salários, com contratos de tempo parcial e/ou determinado. Verificar-se-ia, assim, uma redução na capacidade de geração de empregos de melhor qualidade e renda em favor do crescimento do emprego de menor qualidade e renda.

À medida que se modifica a estrutura do mercado de trabalho, com a oferta superando a demanda, modifica-se também o equilíbrio de poder, concedendo ao empregador melhores condições de impor suas condições. Essa situação tende a gerar maior distanciamento entre os índices de produtividade e os ganhos salariais. Observam-se, ainda, crescentes disparidades salariais e desigualdades entre trabalhadores permanentes e periféricos.

Esses são alguns resultados da desregulamentação e/ou flexibilidade concorrencial, considerada anáclito contra a crise de competitividade e de produtividade gerada pela rigidez do modelo fordista em sua articulação com os princípios keynesianos.

Se a realidade acima descrita se constitui em dolorosa novidade para os países do Primeiro Mundo — “países em vias de empobrecimento”; “brasilianização” do

Primeiro Mundo —, esta tem sido, historicamente, a experiência dos países latino-americanos, especialmente a do Brasil, onde tem predominado a elevada flexibilidade estrutural em relação ao mercado de trabalho.

O Brasil, por seu desempenho na década de 80, constituiu-se em caso exemplar do argumento de que a flexibilização do mercado contribuiu para a redução das taxas de desemprego. Estudos mostram que, apesar da queda das taxas de crescimento do PIB na década de 80 (taxa média de 1,5% a.a.), se verificou crescimento do nível de emprego no período (taxa média de 3,5% a.a., superior à taxa de crescimento da população, que era de 2,1% a.a.) (AMADEO et al., 1994, p.1-3).

Essa tendência não se manteve nos primeiros anos da década de 90, e, nesse sentido, o Brasil acompanhou a “novidade” dos países industrializados — ainda que deva haver cuidado com as identificações, dadas as particularidades da realidade brasileira. Também nesse caso, há dificuldade em identificar a natureza do fenômeno — transitória ou estrutural.

Assim, no período 1990-93, observou-se um crescimento do nível de emprego de, em média, 1,5% a.a., inferior, portanto, à média de crescimento da década de 80, inclusive considerando-se o período da crítica recessão de 1982-84, quando foi de 2,5% (AMADEO et al., 1994, p.1-3). Por outro lado, cresceu a taxa de desemprego no período. Considerando-se a Região Metropolitana de São Paulo, tem-se que a parcela em desemprego da População em Idade Ativa (PIA) passou de 5,3% em 1989 para 9,0% em 1993, atingindo níveis semelhantes aos do período da recessão de 1983-84. A novidade, nesse aspecto, foi o aumento do desemprego verificado para a força de trabalho primária — homens e pessoas de 25 a 39 anos —, atingindo “também trabalhadores qualificados e nas atividades de supervisão, gerência e direção com relativa intensidade” (MONTAGNER, BRANDÃO, 1994, p.157).

Relativamente à RMSP, observou-se ainda:

- a) redução do número de desempregados de apenas 1,6%, embora tenha ocorrido crescimento do nível de ocupação de 3,1% em 1993. Esses dados poderiam estar a indicar menor sensibilidade das taxas de desemprego à variação nas taxas de produção, resultado dos processos de inovações tecnológicas;
- b) aumento do tempo médio de procura de trabalho, que passou de 15 semanas em 1989 para 26 semanas em 1993;

- c) queda do emprego industrial (o número de ocupados na indústria caiu de 18,4% em 1989 para 13,2% da PIA em 1993), embora tenha-se verificado crescimento da produção física da indústria. No período 1992-93, ocorreu um crescimento industrial de 15% e uma redução de 2% na mão-de-obra ocupada e zero acréscimo de horas de trabalho (SALM, MEDEIROS, 1994, p.64);
- d) decréscimo do número de assalariados com carteira assinada e crescimento do número de empregados sem carteira assinada e dos trabalhadores por conta própria (neste último caso, o crescimento foi proporcionalmente maior no período 1990-92 do que no período crítico de 1983-84);
- e) o crescimento mais lento do setor informal em 1991, do que o crescimento da taxa de desemprego, bem como aumentou a defasagem salarial entre o setor informal e o setor formal, o que poderia estar indicando saturamento do setor informal no sentido de absorver mão-de-obra expulsa do setor formal;
- f) queda dos rendimentos reais médios de 28,3% no período 1989-90. Segundo Montagner & Brandão, "(...) o crescimento generalizado dos rendimentos do trabalho em 1993 não chegou a alterar de maneira expressiva as perdas acumuladas desde 1989" (MONTAGNER, BRANDÃO, 1994, p.160);
- g) crescimento do número de horas da jornada de trabalho, contrariando tendência de redução da jornada de trabalho verificada neste século nos países industrializados ((MONTAGNER, BRANDÃO, 1994, p.158).

2 - A conjuntura recente

O exame dos dados relativos ao início dos anos 90, no Brasil, comparados com os dos anos 80, evidencia portanto, alterações na grandeza de diferentes índices (desemprego, rendimento médio, assalariamento, carteira assinada, tempo médio de procura de trabalho, emprego industrial e outros), desfavoráveis aos trabalhadores, acompanhando, assim, a tendência mundial.

O objetivo deste trabalho, como já foi mencionado, é o de examinar o comportamento dos referidos índices, tendo em vista as mudanças experimen-

tadas pela economia na conjuntura recente — período 1993-95 —, não só com a implantação do Plano Real em 1994, mas também com a tendência de recuperação econômica desde 1993, face à forte recessão do início da década, e o de proceder a uma comparação entre as Regiões Metropolitanas de São Paulo (comumente analisada como indicador da realidade brasileira) e de Porto Alegre, a qual, ainda que sem a significação industrial da RMSP, se destaca pela presença da indústria calçadista e pela indústria de implementos agrícolas, revigorada pelo sucesso das últimas safras agrícolas no Estado.

Considerando-se, portanto, a conjuntura de 1992-95, têm-se alguns dados significativos, no que se refere aos aspectos que seguem.

2.1 - Desemprego

Analizando-se os dados sobre desemprego, destacam-se:

- a) o aumento expressivo da taxa de desemprego na RMSP (caso em que os dados são disponíveis numa série mais longa) no início dos anos 90, comparando-se com a dos anos 80. Nesse caso, a taxa de desemprego total (desemprego aberto mais desemprego oculto) passa de 10,3% em 1990 para 15,2% em 1992;
- b) o crescimento da taxa de desemprego no período acima referido é, em grande parte, motivado pela elevação da taxa de desemprego oculto (trabalho precário e desemprego por desalento, considerado o período de 12 meses), em especial pela taxa de desemprego oculto pelo trabalho precário. No caso da RMSP, o desemprego oculto passou de 2,9% em 1990 para 6,0%, em 1994, enquanto a taxa de desemprego oculto pelo trabalho precário passou de 2,0% em 1990 para 4,0% em 1994;
- c) a partir de 1992, a queda da taxa de desemprego total para as duas regiões metropolitanas consideradas — queda de 4,7% para a RMPA e de 2,0% para a RMSP. Comparando-se as taxas de desemprego aberto (pessoas que procuraram emprego nos últimos 30 dias) e de desemprego oculto, verifica-se que a queda mais significativa para as duas regiões ocorre na taxa de desemprego oculto, especialmente no caso da RMPA, em que a queda é de 3,6% e da RMPA, em que é de 1,9%;

- d) o desemprego aberto (pessoas que procuraram trabalho nos 30 dias anteriores à pesquisa), que se mantém mais estável — em relação à RMSP, passou de 7,6%, em 1985 para 7,4%, em 1990 e para 8,9% em 1994, mantendo o mesmo índice para os primeiros seis meses de 1995. Em relação à RMPA, tem-se 8,2% em 1992, caindo para 8,0% em 1994 e para 7,3% no período jan.-maio/95. O desemprego aberto apresenta, contrariamente ao desemprego oculto, que se define de forma mais conjuntural, uma reação mais lenta e gradual face às oscilações da economia;
- e) a queda significativa da taxa de desemprego oculto, especialmente no que se refere a desemprego pelo trabalho precário, que estaria a indicar tendência à redução da precarização do trabalho no período 1992-95.

Tabela 1

Taxa de desemprego total, aberto e oculto, na RMPA e na RMSP — 1992-95

TAXA DE DESEMPREGO	(%)									
	1992		1993		1994		1995		Δ% 1992-95	
	RMSP	RMPA	RMSP	RMPA	RMSP	RMPA	RMSP	RMPA	RMSP	RMPA
Total	15,2	14,1	14,6	12,2	14,2	11,3	13,0	9,7	-2,2	-4,4
Aberto	9,2	8,2	8,6	7,3	8,9	8,0	8,9	7,3	-0,3	-0,9
Oculto	6,0	5,9	6,0	4,9	5,3	3,3	4,1	2,4	-1,9	-3,5

FONTE: PED/RMPA E RMSP - Convênio FEE; FGTAS/SINE-RS; SEADE-SP e DIEESE.

Considerando-se o desemprego por setores econômicos, têm-se que, em relação à RMSP, o comércio e a indústria de transformação apresentam taxas elevadas de desemprego, superiores à taxa de desemprego total, mesmo após o período de aquecimento econômico — no comércio, a taxa de desemprego passou de 20,6% em 1992 para 17,8% em 1995 (queda de 2,8 pontos percentuais no período), com tendência de elevação nos últimos meses.

A indústria de transformação apresentou uma taxa de desemprego de 18,0% em 1992, a qual caiu para 13,6% em 1995 (queda de 4,4 pontos percentuais no período), mas também demonstrou tendência de elevação nos últimos meses.

No setor serviços, houve elevação da taxa de desemprego no início da década, mas bem menos dramática, passando de 12,7% em 1992 para 11,4% em 1995, e não ocorreu tendência de elevação nos últimos meses.

A análise dos dados relativos a atributos pessoais mostra que o desemprego cai para ambos os sexos, praticamente nas mesmas proporções para homens e mulheres, nas duas regiões em estudo, embora a taxa de desemprego seja mais elevada entre as mulheres.

Em relação à idade, verifica-se queda mais significativa na taxa de desemprego, em 1995, para a faixa 10 a 17 anos, principalmente no que se refere à taxa de desemprego oculto para ambas as regiões em estudo.

No que tange ao desemprego, comparando-se as duas regiões, observa-se que, embora ambas apresentassem índices semelhantes em 1992, ocorreu um significativo distanciamento entre as mesmas, sendo que as taxas da RMPA caem mais rapidamente do que as da RMSP. Tais discrepâncias evidenciam a necessidade de análises regionais, evitando-se, portanto, generalizações a partir de condições particulares.

Ainda no que se refere à questão do desemprego, cabe notar que, embora tenham apresentado queda, as taxas de desemprego são ainda elevadas, especialmente se comparadas às taxas do final da década de 80, o que é possível para o caso de São Paulo, cujos dados são disponíveis desde 1985.

2.2 - Ocupação

No período 1992-95, verificou-se, na RMPA, um crescimento de 7,2% no nível de ocupação, superior ao nível de crescimento da População Economicamente Ativa (PEA), que foi de 2,6% no período. Analisando-se por setor, tem-se, para a RMPA, que os que apresentaram índices mais altos de ocupação no período foram comércio (14,2%), construção civil (15,1%) e serviços domésticos (12,6%), seguidos por serviços (6,8%) e indústria de transformação (1,0%). É interessante notar que o comércio, com o mais alto índice de ocupação, apresentou elevação do rendimento médio real, aproximando-se do rendimento médio da indústria de transformação (o qual vem oscilando, com tendência à queda): R\$ 330 e R\$ 334 respectivamente.

Tabela 2

Índice do nível de ocupação, por setor de atividade, na RMPA — 1992-95

DISCRIMINAÇÃO	1992	1993 (1)	1994	1995	Δ% 1992-95
Total	97,8	100	100,6	105,0	7,2
Indústria de transformação	94,8	100	97,7	95,8	1
Comércio	95,6	100	98,1	109,2	14,2
Serviços	98,7	100	101,5	105,5	6,8
Construção civil	97,3	100	101,3	112,0	15,1
Serviços domésticos	102,6	100	110,4	115,6	12,6

FONTE: PED/RMPA E RMSP - Convênio FEE; FGTAS/SINE-RS; SEADE-SP e DIEESE.

(1) Base: 1993 = 100.

Os dados relativos ao índice de ocupação não estão disponíveis para a RMSP, porém, observando-se a distribuição dos ocupados, verifica-se que a indústria de transformação apresenta queda no percentual de ocupados no período 1992-95, e, comparando-se com 1985, essa queda é ainda mais expressiva, ou seja, o percentual de ocupados passa de 32,8% em 1985 para 25,5% em 1995. Cabe registrar, no entanto, que, considerando-se os demais municípios da RMSP (retirando-se o Município de São Paulo), se observa crescimento no percentual de ocupados na indústria de transformação em 1994 e 1995.

Há que registrar que se verifica baixo nível de ocupação na indústria, apesar do crescimento do setor no período 1993-95 em ambas as regiões — na RMSP, a taxa de variação acumulada nos 12 meses anteriores passou de 3,8% em 1993 para 12,1% em 1994 e para 9,5% em 1995; na RMPA, a taxa de variação foi semelhante: 3,3% em 1993; 12,8% em 1994; e 8,1% em 1995.

Na RMSP, no que respeita ao comércio, ao contrário da indústria de transformação, verifica-se crescimento no percentual de ocupados, que passou de 14,1% em 1985 para 17,0%, em 1995. No setor serviços, o crescimento é maior; o percentual de ocupados passou de 42,5% em 1990 para 46,8%, em 1995. Contrariamente ao que ocorre na RMPA, o percentual de ocupados na construção civil, na RMSP, decresce, passando de 3,4% em 1990 para 2,5% em 1995.

Tabela 3

Comparação da variação do assalariamento e da ocupação com o crescimento da produção na indústria de transformação do RS e de SP — 1992-95

DISCRIMINAÇÃO	1992	1993	1994	1995
Δ% do assalariamento (1)	-7,3	0	-1,1	-1,9
Δ% da ocupação (1)	-5,2	0	-2,3	-4,3
Δ% da produção do RS (2)	-3,7	3,3	12,9	8,1
Δ% da produção de SP (2)	-0,5	-3,8	12,1	9,5

FONTE: PED/RMPA E RMSP - Convênio FEE; FGTAS/SINE-RS; SEADE-SP e DIEESE. IBGE/DPE/Departamento de indústria.

(1) Base: 1993 = 100. (2) Acumulado nos últimos 12 meses.

Em relação aos autônomos, constata-se, na RMSP, estabilidade, depois de crescimento em 1991: 18,2% em 1991 e 18,7% em 1995. Na RMPA, observa-se queda em 1993 e 1994 e pequeno crescimento em 1995 (em relação a junho de 1994), embora já se perceba queda de janeiro a junho de 1995. Esses dados poderiam estar a indicar saturamento nesse ramo de atividades.

Considerando-se a posição na ocupação, tem-se, para a RMPA, aumento do nível de ocupação entre os assalariados, sustentado pelo setor privado, já que ocorre queda no índice de ocupação no setor público; verifica-se, também, aumento do nível de ocupação dos assalariados com carteira assinada, ainda que o aumento do nível de ocupação dos trabalhadores sem carteira assinada seja mais elevado.

Tabela 4

Distribuição percentual da população ocupada, por posição na ocupação, na RMPA e na RMSP — 1992 e 1995

DISCRIMINAÇÃO	1992		1995	
	RMPA	RMSP	RMPA	RMSP
POPULAÇÃO OCUPADA	100	-	100	-
Assalariados	65,7	68,6	68,2	67,6
Setor público	24,1	-	20,9	-
Setor privado	75,9	-	79,1	-
Com carteira	87,7	-	84,6	-
Sem carteira	12,3	-	15,4	-
Autônomos	17,5	17,9	16,6	18,4
Empregadas domésticas	6,4	7,3	6,7	7,7

FONTE: PED/RMPA E RMSP - Convênio FEE; FGTAS/SINE-RS; SEADE-SP e DIEESE.

Em relação aos trabalhadores sem carteira assinada, período 1992-95, cabe destacar o seu crescimento significativo na RMPA (44,7%), bem superior ao registrado entre os trabalhadores com carteira assinada (11,7%). O índice do nível de ocupação dos assalariados sem carteira assinada é também alto na RMSP: 6,8% em 1993 e 18,9% em 1994. Esse dado confirma tendência já observada para o País como um todo pelo IBGE, em 1990; indica a continuidade do processo, demonstrando sua natureza duradoura, que permanece, inclusive, em momento de aquecimento da economia. Os trabalhadores sem carteira assinada, na RMPA, são, em sua maioria, homens (70,9%), concentrando-se na faixa etária de 25 a 39 anos — a chamada força de trabalho primária. Porém seu número é também significativo nas faixas de 18 a 24 anos e de 40 anos e mais. Em sua maioria, possuem escolaridade de 1º grau incompleto.

Caberia ainda referir que, desde 1985, na RMSP, se verifica queda na distribuição da ocupação entre os homens e crescimento entre as mulheres.

2.3 - Jornada de trabalho

Deve-se observar que, embora apresentando índice de ocupação negativo no período, a indústria de transformação exhibe crescimento significativo do percentual de assalariados trabalhando mais que a jornada de trabalho legal — na RMSP, esse índice passa de 22,4% em 1985 para 34,8% em 1990 e para 41,8% em 1995, chegando a 50,9% em fevereiro de 1995. Esse dado evidencia cautela do setor na admissão de trabalhadores face às oscilações da economia, havendo preferência pelo aumento da jornada de trabalho.

É interessante notar que, após 1988, há um decréscimo de horas semanais trabalhadas no setor: a média, que era de 46 horas em 1985, passou para 43 em 1995. Em compensação há, como se viu, um aumento do percentual de trabalhadores trabalhando mais do que a jornada legal.

O comércio também apresenta queda no número médio de horas semanais de trabalho, passando de 50 horas em 1985 para 46 horas em 1995. Contudo, da mesma forma que na indústria, verifica-se crescimento do percentual de assalariados que trabalha mais que a jornada legal: de 41,8% em 1985 para 49,0% em 1990 e 55,0% em 1995, tendo chegado a 64,8%, em fevereiro do mesmo ano.

Nos serviços ocorreu o mesmo: redução da média de horas de trabalho, com aumento do percentual dos que trabalham mais do que a jornada legal, que passou de 23,8% em 1985 para 32,4% em 1990, chegando a 35,3% em 1995.

Todos os dados acima são relativos à RMSP.

Na RMPA, verifica-se ampliação semelhante do percentual de assalariados trabalhando mais do que a jornada legal. Na indústria de transformação, em 1992, 30,8% trabalhavam mais do que a jornada legal; em 1995, eram 37,6%. No comércio, em 1992, o percentual era de 48,9% e, em 1995, de 55,8%. Nos serviços, em 1992, o percentual de trabalhadores trabalhando mais do que a jornada legal era de 27,1% e, em 1995, de 34,5%.

Tabela 5

Percentual de assalariados que trabalharam mais do que a jornada legal na RMPA e na RMSP — 1992-95

SETORES DE ATIVIDADE	1992		1993		1994		1995	
	RMSP	RMPA	RMSP	RMPA	RMSP	RMPA	RMSP	RMPA
Assalariados	-	31,1	-	32,3	-	31,7	-	37,6
Indústria de transformação	36,7	30,8	36,7	33,7	39,8	32,7	41,8	37,6
Comércio.....	53,0	48,9	55,3	47,0	54,4	51,2	55,3	55,8
Serviços	34,5	27,1	32,7	28,3	37,3	27,6	35,3	34,5

FONTES: PED/RMPA E RMSP - Convênio FEE; FGTS/SINE-RS; SEADE-SP e DIEESE.

2.4 - Rendimento médio

Em relação ao rendimento médio, verifica-se crescimento para o total dos assalariados do setor privado no período 1992-95, na RMPA. O aumento maior dá-se no comércio (onde também se observa crescimento significativo do índice de ocupação, média mais alta de horas semanais trabalhadas e maior percentual de trabalhadores trabalhando mais do que a jornada legal). Esse rendimento cresce significativamente entre os sem carteira assinada, cujo salário médio era, em 1992, quase a metade do recebido pelo trabalhador com carteira assinada, sendo essa diferença, hoje, de apenas 23%. Na indústria de transformação, aumenta muito pouco o rendimento médio men-

sal, e o mesmo cai no setor público, que é também o que apresenta os rendimentos mais altos.

Entre os autônomos, a variação do rendimento médio no período 1992-95 é semelhante à verificada entre os assalariados sem carteira assinada, ou seja, ocorre acréscimo progressivo no rendimento médio desse segmento, registrando crescimento de cerca de 42%.

Tabela 6

Média anual do rendimento médio mensal no trabalho principal, na RMPA — 1992-95

ANOS	MÉDIA GERAL	ASSALARIADOS DO SETOR PRIVADO						ASSALARIADOS DO SETOR PÚBLICO	AUTÔNOMOS
		Setor de Atividade				Carteira			
		Total	Indústria	Comércio	Serviços	Sem	Com.		
1992	383	310	327	281	322	331	172	606	283
1993	397	338	351	319	344	356	209	612	323
1994	377	320	327	302	332	337	219	578	334
1995	372	323	327	319	324	334	258	567	402

FONTE: PED/RMPA E RMSP - Convênio FEE; FGTAS/SINE-RS; SEADE-SP e DIEESE.

Em termos gerais, verificou-se entre os assalariados do setor privado variação positiva no rendimento médio mensal de cerca de 4,4%. Esse percentual é baixo, considerando-se que 1992 foi um ano de recessão e de retração nos rendimentos. Tomando-se como base o ano de 1993, já passada a recessão, observa-se queda de 4,4% nos rendimentos médios dos assalariados do setor privado.

Em ambas as regiões, cai o percentual de assalariados com rendimentos inferiores ao salário mínimo, especialmente em 1995: na RMSP, esse percentual decresceu de 3,1% em 1992 para 0,9% em 1995; na RMPA, o percentual caiu de 2,6% para 0,7%, respectivamente. Na primeira região, constata-se tendência de queda desse percentual desde 1985. Cabe notar que o mesmo não se observa em relação aos ocupados, cujo percentual dos que recebem rendimento inferior ao mínimo, além de ser bem mais elevado, apresenta tendência de queda apenas mais recentemente, em 1994 e 1995.

3 - Considerações finais

Aspectos conjunturais e estruturais confundem-se na compreensão do comportamento do mercado de trabalho, entretanto algumas tendências parecem ter um caráter mais duradouro:

- a) persistência, na década de 90, de taxas de desemprego mais altas que as verificadas na década de 80, ainda que tenha havido queda nos dois últimos anos, em razão de crescimento econômico;
- b) queda do emprego industrial, mesmo com o crescimento do setor e o aquecimento da economia, o que parece relacionar-se com os processos de reestruturação e de racionalização do trabalho;
- c) tendência de “terciarização” da economia, com o constante crescimento dos setores serviços e comércio, especialmente do ponto de vista do número de pessoas ocupadas;
- d) tendência de redução no emprego formal, que tem persistido em momentos de retomada do crescimento econômico. O crescimento da informalização das relações de trabalho, indicado pelo aumento no número de trabalhadores sem carteira assinada, aponta uma transformação no padrão das relações de trabalho na direção de uma maior flexibilização das mesmas;
- e) tendência de estabilização do segmento de autônomos, o que poderia indicar uma saturação do setor;
- f) tendência de queda expressiva do percentual de trabalhadores com rendimento inferior ao salário mínimo;
- g) queda do número médio de horas semanais trabalhadas;
- h) queda do nível de ocupação no serviço público, setor que apresenta os mais altos níveis de escolarização e também os mais altos índices salariais.

Do ponto de vista mais conjuntural, poder-se-iam destacar:

- a) queda da taxa de desemprego frente à melhora do desempenho econômico, motivada, em grande parte, pela queda da taxa de desemprego oculto (especialmente, desemprego pelo trabalho precário), o que poderia indicar uma redução do nível de atividades precárias. Entre-

tanto, como se viu, há um crescimento dos trabalhadores sem carteira, tradicionalmente ligados a atividades precárias de baixa remuneração. Nesse sentido, há que se notar a tendência de crescimento significativo do rendimento médio desse segmento;

- b) aumento do percentual de trabalhadores que trabalham mais do que a jornada legal;
- c) queda do rendimento médio mensal dos assalariados do setor privado na indústria e nos serviços e crescimento no comércio.

Gostaria de concluir afirmando que o crescimento econômico é fundamental para a queda do desemprego, mas é preciso estar também atento à qualidade do emprego e à qualidade de vida dos trabalhadores. A conjuntura de crescimento econômico analisada mostrou que o aumento do emprego foi acompanhado por tendência de aumento das horas trabalhadas, sem correspondente aumento de rendimentos.

Bibliografia

- AMADEO, Edward et al. (1994). **A natureza e o funcionamento do mercado de trabalho brasileiro desde 1980**. Brasília: IPEA. (Texto para discussão, n.353).
- ARANDIA, Alejandro K. (1995). Empregos e salários: o desempenho do mercado de trabalho na RMPA. **Indicadores Economicos FEE**, Porto Alegre, v.22, n.4, p.
- BRUSCHINI, Cristina (1993). O trabalho da mulher no Brasil: tendências recentes. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS DO TRABALHO, 3. **Anais...** Rio de Janeiro: ABET. v.1, p.507-529.
- ECONOMIC OUTLOOK (1994). Paris: OECD, n.55, jun.
- GITAHY, Leda (1994). Inovação tecnológica, subcontratação e mercado de trabalho. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo: SEADE, v.8, n.1, jan./mar.
- HORN, Carlos Henrique (1994). Recuperação econômica e mercado de trabalho em 1993. **Indicadores Economicos FEE**, Porto Alegre, v.22, n.1, p.203-234.

- INDICADORES CONJUNTURAIS DA INDÚSTRIA: produção física regional (1992/1995). Rio de Janeiro: IBGE.
- INFANTE, Ricardo (1994). Mercado de trabalho e pobreza urbana no processo de ajuste. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo: SEADE, v.8, n.1, jan./mar.
- INFORME PED (). Porto Alegre: FEE, vários números.
- MAPA DO MERCADO DE TRABALHO (1994). Rio de Janeiro: IBGE, n.1, 2.
- MATTOSO, Jorge Eduardo (1994). Trabalho sob fogo cruzado. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, SEADE, v.8, n.1, jan./mar.
- MONTAGNER, Paula, BRANDÃO, Sandra M. C. (1994). Recessão e racionalização produtiva: implicações para o mercado de trabalho. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo: SEADE, v.8, n.1, p.154-165, jan./mar.
- PERO, Valeria, URANI, André (1993). Os trabalhadores informais querem emprego com contrato formal de trabalho? In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS DO TRABALHO, 3. **Anais...** Rio de Janeiro: ABET. v.1, p.413-433.
- RAMOS, Carlos Alberto (1992). **Flexibilidade e mercado de trabalho**: modelos teóricos e a experiência de países centrais durante os anos 80. Brasília: IPEA. (Texto para discussão, n.271).
- SALM, Claudio, MEDEIROS, Carlos A. (1994). O mercado de trabalho em debate. **Novos Estudos CEBRAP**, São Paulo, n.39, p.49-65, jul.
- SOUZA, Shyrlene Ramos (1993). A evolução dos rendimentos reais do trabalho e a caracterização da população ocupada em cada quartil nas principais regiões metropolitanas: período 1989 - 1992. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS DO TRABALHO, 3. **Anais...** Rio de Janeiro: ABET. v.1, p.439-451.
- TROYANO, Annez A. (1991). Flexibilidade do emprego assalariado. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v.5, n.2, p.84-95, abr./jun.
- URANI, André (1993). Mercado de trabalho e distribuição de renda durante o governo Collor. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS DO TRABALHO, 3. **Anais...** Rio de Janeiro: ABET. v.1, p.399-411.